

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 189 – 08/03 à 12/03/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Receita divulga perguntas e respostas sobre declaração do Auxílio Emergencial e BEm](#)

Ministério da Economia - 12/03/2021

As orientações da Receita visam evitar que o contribuinte cometa erros ao fazer o preenchimento da Declaração do Imposto de Renda. O valor referente ao benefício deve ser informado pelo programa do imposto de renda 2021 ou pelo aplicativo “Meu Imposto de Renda”, na ficha “Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica”.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF analisou cerca de 40 pautas econômicas relacionadas à pandemia de Covid-19 no último ano](#)

Supremo Tribunal Federal - 11/03/2021

Várias decisões foram tomadas a fim de proteger o trabalho e o emprego. Entre elas está a suspensão de dois dispositivos da Medida Provisória (MP) 927/2020, que autorizou empregadores a adotarem medidas excepcionais em razão da pandemia: o artigo 29, que não enquadra como doença ocupacional os casos de contaminação pelo coronavírus, e o artigo 31, que limitava a atuação de auditores fiscais do trabalho à atividade de orientação (ADIs 6342, 6344, 6346, 6348, 6349, 6352 e 6354).

[STF veda limitação de acesso a testes psicológicos a profissionais habilitados](#)

Supremo Tribunal Federal - 10/03/2021

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu, no dia 5/3, em ambiente virtual, o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3481 e declarou inconstitucionais dispositivos da Resolução 2/2003 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que restringem a comercialização e o uso de manuais de testes psicológicos a profissionais inscritos no conselho e obrigam as editoras a registrar os dados dos psicólogos que os comprarem. Prevaleceu, no julgamento, o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, de que as restrições são desproporcionais e ofensivas aos postulados constitucionais da liberdade de manifestação do pensamento e de acesso à informação.

[Processo fraudulento de esposa contra empresa do marido tem sentença rescindida](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/03/2021

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de uma advogada contra decisão que identificou conluio na ação

ajuizada por ela contra a empresa do próprio marido, simulando relação de emprego, com o intuito de responsabilizar subsidiariamente a Via Varejo S.A pelo pagamento de créditos trabalhistas. O objetivo, na verdade, era retaliar ato da varejista de rescindir o contrato de prestação de serviços com a Centrão Montagens e Móveis Ltda., empresa da família. Para os ministros, foi correta a decisão que anulou a sentença que deferira créditos à advogada, pois ficou comprovada a união das partes do processo para fraudar direitos de terceiros.

[Auxiliares que limpavam banheiros de indústria têm direito ao adicional de insalubridade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/03/2021

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho deferiu o adicional de insalubridade, em grau máximo, aos auxiliares de serviços gerais da Mondiana Indústria de Plásticos que realizavam a limpeza e a higienização de banheiros de grande circulação. A atividade é considerada insalubre em razão da presença de agentes biológicos agressivos ao organismo humano nos sanitários de locais de grande circulação.

[Mantida dispensa por justa causa de empregado que jogava cartas durante o expediente](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 11/03/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve decisão que validou a dispensa por justa causa aplicada pela Terrar Indústria e Comércio Ltda., de Rio Claro (SP), a um operador de empilhadeira que jogava cartas, habitualmente, durante o horário de trabalho. O colegiado entendeu que as provas relatadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP) evidenciaram a desídia e a falta grave.

[Ajudante geral consegue uso de sistema tecnológico para buscar patrimônio de empresa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/03/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho autorizou a utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (Simba) para pesquisar o patrimônio dos devedores de créditos trabalhistas a uma ajudante geral. O processo dela contra o Restaurante Pizzaria e Choperia Terraço Bella Roma Ltda., de São Paulo (SP), tramita desde 1996, com sentença definitiva. Segundo o colegiado, impedir o uso do sistema atenta contra os princípios do acesso à Justiça e da celeridade processual.

[Nutricionista que tem filha com Síndrome de Down obtém redução da jornada de trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/03/2021

O juízo de primeiro grau determinou a redução da jornada em 50%, sem redução salarial ou compensação, mas o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE) reformou a sentença, fixando-a em 25%, num total de seis horas diárias e 30 semanais, com intervalo de 15 minutos para descanso, conforme prevê o artigo 71, parágrafo 1º, da CLT. Para o TRT, a redução da jornada de trabalho dos pais, principais cuidadores do filho com deficiência, é indispensável para garantir a máxima proteção à criança, e, desse modo, a trabalhadora poderia se organizar para acompanhar a filha nas atividades diárias essenciais ao seu desenvolvimento. O relator, ministro Márcio Amaro, todavia, salientou que a decisão do TRT foi pautada em várias normas protetoras da pessoa com deficiência, entre elas a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a Convenção sobre os Direitos da Criança, das quais o Brasil é signatário, e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015).

[Aviso prévio trabalhado de terceirizados dispensados ao fim do contrato não pode superar 30 dias](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 09/03/2021

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Algar Tecnologia e Consultoria S.A., do Rio de Janeiro (RJ), ao pagamento do período em que os empregados trabalharam durante o aviso prévio que supere os 30 dias. De acordo com a jurisprudência do TST, o aviso prévio proporcional constitui direito exclusivo do empregado dispensado imotivadamente.

[Acordo coletivo pode prever o pagamento parcelado de verbas trabalhistas rescisórias](#)

Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - 10/03/2021

Quando houver um acordo homologado entre a empresa e o sindicato dos empregados que permita o pagamento parcelado das verbas rescisórias, é indevida a multa prevista no artigo 477, parágrafo 8º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com esse entendimento, a Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho de Goiás (TRT-18) negou provimento ao recurso de uma trabalhadora que pretendia receber a multa por atraso no pagamento de verbas rescisórias.



Notícias do Executivo

[Apoio no combate à Covid-19 e ações contra o desemprego são destaques do Ministério da Economia](#)

Ministério da Economia - 11/03/2021

Ciente de que saúde e economia andam juntas, o Ministério da Economia lançou ações também para evitar o desemprego e estimular a economia. O Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) alcançou mais de 20,1 milhões de acordos realizados, feitos entre 1,5 milhão de empresas e 9,8 milhões de trabalhadores, permitindo a preservação de 10,9 milhões de empregos. Esses acordos contribuíram diretamente para a retomada econômica, pois o Programa impediu o fechamento de empresas.

[Receita Federal divulga resultado da adesão antecipada à DCTFWeb](#)

Ministério da Economia - 09/03/2021

A Receita Federal divulgou o resultado final da adesão antecipada à Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), cujo prazo foi de 1º a 19 de fevereiro de 2021. Foram enviadas 39.238 solicitações pela adesão antecipada. No total, 31.726 pedidos foram deferidos. Entre as solicitações indeferidas, 6.324 não possuíam critérios de adesão, 644 eram empresas já obrigadas à DCTFWeb e 544 foram pedidos duplicados.

[Receita Federal esclarece como declarar o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda no Imposto de Renda](#)

Ministério da Economia - 08/03/2021

A Receita Federal esclarece aos cidadãos que receberam o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) que tais valores são considerados rendimentos tributáveis e devem ser declarados como tal na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos

de Pessoa Jurídica, informando como fonte pagadora o CNPJ nº 00.394.460/0572-59.

[Fundacentro disponibiliza primeira gravação de curso sobre NR 1](#)

Fundacentro - 12/03/2021

O primeiro de uma série de oito vídeos gravados durante o curso “Gerenciamento de Riscos Ocupacionais – a nova NR 1”, realizado em dezembro de 2020, foi disponibilizado hoje, 12 de março, no [canal da Fundacentro no YouTube](#). O pesquisador Gilmar Trivelato, que participou da elaboração da NR 1, mostra como aplicar a norma em diferentes organizações produtivas. Essa NR entra em vigor em 2 de agosto de 2021, conforme [Portaria SEPRT/ME nº 1.295](#).

[Fundacentro debate LER/Dort e impactos do teletrabalho na pandemia](#)

Fundacentro - 10/03/2021

O Laboratório de Inovação da Fundacentro realiza a live “LAB TALK [#3] - LER/Dort e os impactos do teletrabalho na pandemia” em 18 de março, às 14h, no [canal da instituição no YouTube](#). O bate-papo terá a médica do trabalho e mestre em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Adriana Hilu, como apresentadora. Ela faz parte do Laboratório de Inovação e chefia o Centro Regional Sudeste II – Rio de Janeiro. No evento, receberá especialistas com diferentes formações para o debate sobre Lesões por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho no contexto da pandemia de Covid-19, considerando o crescimento da modalidade de teletrabalho.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT publica edital de licitação para contratar serviços de engenharia que viabilizarão obras da sede da Procuradoria-Geral do Trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/03/2021

O Ministério Público do Trabalho (MPT) publicou nessa segunda-feira (8) [edital de licitação](#) para a contratação de serviços de engenharia destinados à avaliação da estrutura existente, inspeção detalhada, elaboração de projetos, orçamentos e especificações para a instalação da sede da Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT), em Brasília. A licitação será realizada na modalidade tomada de preços, do tipo menor preço, e a entrega das propostas ocorrerá no dia 23 de março, às 14h (horário de Brasília), na sede da PGT, ou pelo e-mail pgt.pregao@mpt.mp.br. A PGT fica no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Torre A, Brasília.

[Em parceria com empresas, mapeamento identificará dificuldades e oportunidades para a promoção da diversidade e inclusão no ambiente corporativo](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/03/2021

A promoção da diversidade e da inclusão nas empresas vai além do recrutamento, da seleção e de metas afirmativas. Para aumentar a representatividade nos quadros funcionais e nos espaços de tomada de decisão no ambiente corporativo é essencial a criação de políticas, ações e treinamento transparentes que combatam a invisibilidade de profissionais excluídos e preparem gestores, funcionários e funcionárias, fornecedores, clientes e toda a cadeia de valor para o fortalecimento de uma cultura organizacional inclusiva e livre de preconceito e estereótipos.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Pandemia acentuou diferenças salariais e discriminação contra mulheres no mercado de trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 09/03/2021

Nesta Semana da Mulher, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos – Dieese divulgam dados estatísticos que demonstram que as mulheres são as mais atingidas pela crise no mercado de trabalho durante a pandemia do novo coronavírus. A participação da mulher no mercado de trabalho no País caiu e é a menor em 30 anos. Em 2020, eram 4,2 milhões de mulheres inseridas no mercado de trabalho e após a pandemia este número caiu para 3,5 milhões, com uma taxa de desocupação que passou de 13,9% para 16,8%, com o aumento do desemprego. Apesar de alarmante, este aumento na desocupação foi ainda superado pela taxa de desemprego das mulheres negras, que atingiu 19,8%.

Outras Notícias

[Remição da execução pode acontecer até assinatura do auto de arrematação, diz STJ](#)

Consultor Jurídico - 12/03/2021

A remição da execução — pagamento integral do débito no curso do processo para impedir a alienação de bem penhorado — pode acontecer até a assinatura do auto de arrematação e deve contemplar o montante da dívida e seus acessórios, com exceção de eventuais débitos discutidos em outras ações entre as mesmas partes.

[Comprovante de agendamento não demonstra pagamento de custas, diz TST](#)

Consultor Jurídico - 11/03/2021

A anexação aos autos do comprovante de agendamento não atende às exigências legais para provar o recolhimento das custas processuais. Com esse entendimento, a 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a rejeição, por deserção (ausência do pagamento das custas), de recurso de duas empresas que haviam comprovado apenas o agendamento.

[Honorários de sucumbência só são devidos em pedidos totalmente improcedentes](#)

Consultor Jurídico - 09/03/2021

Os honorários de sucumbência incidem apenas sobre pedidos do trabalhador julgados totalmente improcedentes. Essa foi a tese firmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, que passa a orientar todos os processos trabalhistas que tramitam em Santa Catarina.



Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CGSIM Nº 1, DE 3 DE MARÇO DE 2021](#) (DOU de 08/03/2021 Seção I Pág. 17) - Revoga a [Resolução CGSIM nº 64, de 11 de dezembro de 2020](#) (define a classificação de risco para atos públicos de liberação de direito urbanístico, conforme estabelecido no inciso I do caput e inciso II do § 1º do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no inciso I do art. 19 do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019).

[PORTARIA ANPD Nº 1, DE 8 DE MARÇO DE 2021](#) (DOU de 09/03/2021 Seção I Pág. 03) - Estabelece o Regimento Interno da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 7.001, DE 4 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 10/03/2020 Seção I Pág. 32) - Prorrogação de prazo para cumprimento de obrigações principais e acessórias. Portaria MF nº 12, de 2012, e Instrução Normativa RFB nº 1.243, de 2012. Situação de calamidade pública de âmbito nacional. Inaplicabilidade.

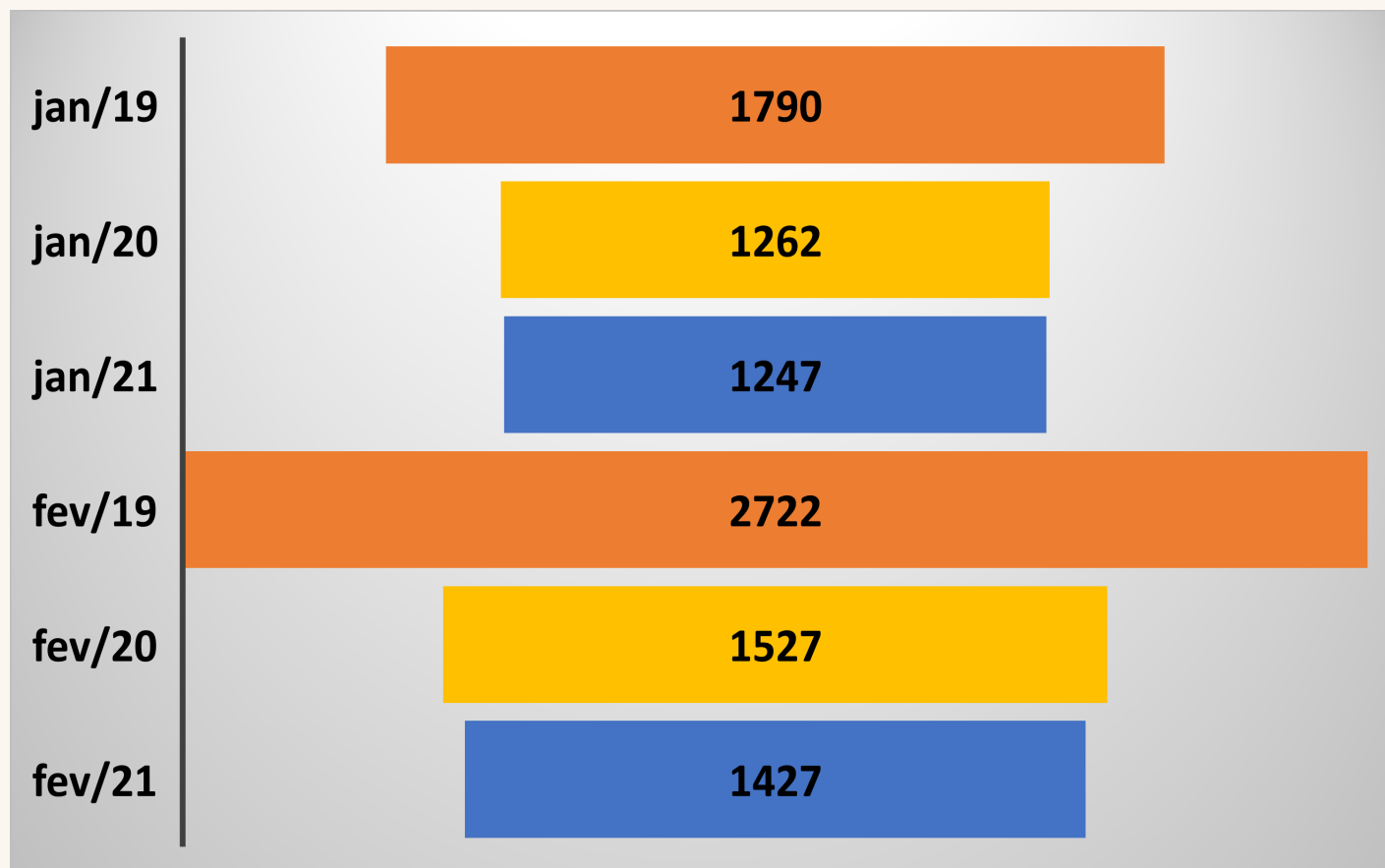
[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4, DE 3 DE MARÇO DE 2021](#) (DOU de 10/03/2021 Seção I Pág. 39) - Ganho de Capital. Venda de imóvel residencial e aquisição de outro imóvel residencial. Conceito de imóvel residencial.

[RESOLUÇÃO RDC ANVISA Nº 476, DE 10 DE MARÇO DE 2021](#) (DOU de 11/03/2021 Seção I Extra Pág. 02) - Estabelece os procedimentos e requisitos para submissão de pedido de autorização excepcional e temporária para importação e distribuição de medicamentos e vacinas contra Covid19 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2), nos termos da Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021.



Dados estatísticos de Fiscalização

Número de autos de infração (legislação trabalhista / segurança e saúde no trabalho) lavrados pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos dois primeiros meses (jan/fev) nos anos de 2019 à 2021:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula